



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

Tomada de Preços DGA nº 008/2014.
Processo nº 01-P-03954/2013.

Data de encerramento para a entrega dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação e “B” – Proposta Comercial, devidamente identificados com o número da presente Tomada de Preços: 15/04/2014 , às 09:30 horas.

Data de abertura dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação: 15/04/2014 - às 10:00 horas.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regime de Execução: **Empreitada por preço global.**

Comprador: Rosiane Coutinho

Telefone: (19) 3521-. 4166

Fac-símile: (19) 3521-4397.

A **Universidade Estadual de Campinas – Unicamp** torna público, para conhecimento geral, a abertura de certame licitatório, modalidade “Tomada de Preços”, destinada a seleção da proposta mais vantajosa para a **construção do prédio do restaurante do IMECC – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Unicamp**, nos termos do Anexo I, cujo processamento subordina-se às normas e princípios estabelecidos no Estatuto de Licitações e Contratos - Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.

Constituem partes integrantes deste edital, nos termos do § 2º, do artigo 40 da Lei Federal nº 8666/93, os seguintes anexos:

Anexo I - Pasta Técnica, contendo:

- ✓ Memorial Descritivo da CPO nº 005/2014 ;
- ✓ DSSO – Verificação das medidas de segurança-incêndio;
- ✓ Planilha Orientativa - Modelo;
- ✓ Planilha com os quantitativos e preços unitários;
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro;
- ✓ Projetos:
 - Projeto de arquitetura – ARQ 01/11 a ARQ 11/11;
 - Projeto de estrutura – EST 01/16 a EST 16/16;
 - Projeto de instalações hidráulicas – HID 01/04 a HID 04/04;
 - Projeto de instalações elétricas – ELE 01/02 a ELE 02/02;
 - Projeto de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA 01/01;
 - Projeto de combate de incêndio – INC 01/03 a 03/03;
- ✓ Modelo de Diário de Obra;
- ✓ Memorial Descritivo - Arquitetura;
- ✓ Memorial Descritivo - Estrutura de concreto armado e estrutura metálica;

- ✓ Memorial Descritivo – Hidrossanitário;
- ✓ Memorial Descritivo – Projeto de rede elétrica, SPDA, e rede de dutos para cabeamento estruturado para o prédio IMECC Restaurante

Anexo II – Condições de Visita Técnica Obrigatória

Anexo III – Documentação para Habilitação

Anexo IV – Declaração de Compromisso - Utilização de Madeira de Origem Nativa

Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Minuta do Termo de Contrato

1. DA RETIRADA DO EDITAL E ENTREGA DOS ENVELOPES

1.1. O edital e seus anexos poderão ser retirados no *link* http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspxsit, ou ainda, na Área de Suprimentos da Diretoria Geral da Administração-DGA, da Unicamp, situada na Praça das Bandeiras, nº45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, no horário compreendido entre 9:00 e 17:00 horas.

1.2. Os envelopes deverão ser entregues, até o dia e horário estabelecidos no preâmbulo, no Expediente da Área de Suprimentos da DGA no endereço indicado no subitem anterior.

1.3. Os envelopes apresentados à Unicamp após a data e horário fixados no presente Edital serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos interessados, no dia da abertura dos envelopes. Não estando presentes os interessados, os envelopes ficarão disponíveis para retirada no prazo de 15 (quinze) dias, findo os quais serão inutilizados sem qualquer aviso prévio.

1.4. Não será admitido o recebimento de envelopes via postal ou similar.

1.5. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil – de expediente normal na Unicamp – subsequente aos ora fixados.

2. ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1. Na Sala de Reuniões da Diretoria de Licitações, localizada no endereço supracitado.

3. DO OBJETO

3.1. **Construção do prédio do restaurante do IMECC – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Unicamp**, conforme especificações contidas no Anexo I.

3.2. O orçamento estimado da obra, com inclusão do valor correspondente ao BDI, é de **R\$ 1.215.834,04 (um milhão, duzentos e quinze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quatro centavos)**.

3.3. O endereço do local da execução da obra é: Rua Pitágoras, s/nº – Quadra 13, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campinas/SP.

4. DO REGIME

4.1. A obra será realizada pelo regime de empreitada por preço global.

4.2. O valor total ofertado na proposta corresponderá à única remuneração devida à Contratada para execução dos serviços, objeto da presente Tomada de Preços, devendo a licitante verificar todas as condições necessárias à perfeita e total execução dos mesmos, não cabendo pleitear posterior acréscimos de valores.

5. DOS PRAZOS

5.1. A entrega da documentação necessária à emissão de crachás, assim como à liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto na Minuta do Instrumento Contratual.

5.2. O prazo total para a execução da obra, objeto da presente licitação, é de **240 (duzentos e quarenta)** dias contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

6.1. Poderão participar as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atendam as condições de habilitação previstas no presente edital.

6.1.1. Não será admitida a participação no certame de empresas:

- a) estrangeiras que não funcionem no país;
- b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) que estejam cumprindo as penalidades previstas nos incs. III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8666/93, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e art. 10 da Lei Federal nº 9.605/98 (crimes ambientais).

6.1.2. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses descritas nas alíneas acima, a licitante será inabilitada.

6.2. É condição para habilitação no presente certame a apresentação de toda documentação indicada no Anexo III, bem como ser inscrito no Registro Cadastral – RC do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, pertinente a categoria do objeto da licitação e devidamente atualizada em relação à validade dos documentos com prazo de vigência próprio e devidamente aprovados.

6.2.1. No item qualificação econômico-financeira o RC deverá apresentar, em qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, o valor $\geq 1,00$.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

6.3. O Registro Cadastral poderá ser requerido até o terceiro dia que antecede à data do recebimento dos envelopes, nos termos do artigo 22, § 2º, da Lei Federal nº 8666/93, devendo, as licitantes, apresentarem toda a documentação exigida para seu cadastramento, consoante o rol de documentos disponível na Área de Suprimentos/DGA no endereço constante neste edital ou na Internet no endereço: www.licitacoes.unicamp.br.

6.4. Se o Registro Cadastral for requerido na forma da cláusula anterior, a documentação deverá ser entregue em envelope fechado, até o dia **10/04/2014** contendo a seguinte identificação: “Pedido de Inscrição em Registro Cadastral para participação na Tomada de Preços **DGA nº 008/2014**”.

6.5. Os requerimentos e documentos pertinentes ao Registro Cadastral serão analisados no dia útil imediatamente posterior à data estabelecida no item anterior, pela Comissão Permanente de Julgamento de Habilitação – CPJH.

6.6. A condição de licitante cadastrada no CAUFESP será verificada *on line* pela Comissão Julgadora Especial - CJE, na sessão de abertura dos Envelopes “A” - Documentação para Habilitação, cuja Ficha Cadastral do Fornecedor será impressa e juntada aos autos do processo licitatório.

6.7. As licitantes deverão consultar previamente a situação dos documentos constantes de seu registro cadastral para, se for o caso, apresentá-los atualizados dentro do Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

6.8. Os documentos extraídos de sítios oficiais da Internet e apresentados no certame terão sua veracidade confirmada pela CJE.

6.9. A visita técnica, nos termos do inc. III do art. 30 da LF 8666/93 e nas condições estabelecidas no Anexo II, é obrigatória a todas as interessadas.

6.10. Os documentos indicados no Anexo III deverão ser apresentados no Envelope “A” - Documentação para Habilitação.

6.11. Se a licitante for a matriz todos os documentos de habilitação deverão estar em seu nome, e se for a filial todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.12. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida, com data de aprovação no registro cadastral, para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.12.1. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da UNICAMP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão

de eventuais certidões negativas de débito ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo início corresponde ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

6.12.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93, sendo facultado à UNICAMP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar o certame.

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser impressa com tinta indelével e assinada pelo representante legal da licitante, devidamente qualificado (nome e Cédula de Identidade) e autorizado a contrair obrigações em seu nome. Recomenda-se que **todas as páginas da proposta sejam sequencialmente numeradas e rubricadas pelo signatário da mesma**.

7.1.1. A Comissão Julgadora de Propostas poderá, se for o caso, solicitar a comprovação da representação da licitante, que poderá ser feita por meio de procuração e Ato Constitutivo da empresa, hipótese em que tais documentos deverão ser apresentados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

7.2. A proposta deverá conter:

- a) identificação e endereço completo da licitante;
- b) descrição do objeto de forma correta e clara;
- c) preço global, expresso em números, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;
- d) planilha orçamentária detalhada, elaborada em conformidade com os elementos constantes no Anexo I – Pasta Técnica, contendo todas as informações solicitadas na **Planilha Orientativa - Modelo**, destacando-se, obrigatoriamente, o valor correspondente ao BDI, devendo contemplar todas as etapas de execução, de forma que os serviços executados totalizem o preço global referido na alínea “c”. Devem as licitantes apurar diferenças oriundas de eventuais erros, omissões ou diferenças de conceitos de apropriação constantes nos documentos fornecidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a apropriação dessas quantidades.

d.1) para agilizar a análise das propostas, solicita-se a apresentação da planilha orçamentária e do cronograma físico-financeiro, também na versão eletrônica, gravada em CD-R (não regravável), devidamente identificado com o número do processo licitatório, da licitação e a razão ou denominação social da licitante.

d.1.1) a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro, gravados em CD-R e apresentados no certame dentro do **envelope “B”** – Proposta Comercial (arquivo digital), deverão ser cópia fiel dos documentos impressos.

d.2) eventual divergência de valores entre os documentos nas versões impressa e digital, prevalecerá a primeira.

d.3) o preço ofertado com destaque ao BDI, deverá cobrir todas as despesas relacionadas à execução do objeto da licitação, tais como: materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, tributos e encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal ou para-fiscal, tendo por base a legislação vigente;

d.4) todos os materiais e equipamentos que porventura estejam especificados com marcas e tipos nos projetos fornecidos pela Unicamp, poderão ser substituídos por outros similares propostos pela licitante.

d.5) os materiais a serem empregados na execução da obra deverão satisfazer os padrões aconselhados pela boa técnica moderna e atender a todas as exigências das Normas Brasileiras ABNT e INMETRO vigentes;

e) as condições e especificações determinadas neste edital e seus anexos;

f) os preços exclusivamente em moeda corrente nacional, vedada a vinculação de qualquer indexador; e,

g) o cronograma físico-financeiro, conforme exigido no Anexo I.

NOTA: Na Reunião para liberação do início da obra a Contratada deverá apresentar o cronograma físico-financeiro definitivo e compatibilizado com a data “zero” da realização da referida reunião e com os percentuais financeiros indicados na proposta comercial.

7.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data estabelecida para encerramento da entrega dos envelopes.

7.3.1. Em casos excepcionais a Unicamp poderá, antes de expirado o prazo original de validade da proposta, solicitar às licitantes uma prorrogação específica no prazo que deverá ser a mínima necessária para concluir a avaliação das propostas; obter aprovações e adjudicar o objeto. Neste caso, a solicitação e as respostas serão feitas por escrito (carta, fax ou telegrama), sendo vedada a licitante que concordar com a prorrogação, modificar sua proposta.

7.4. A proposta, correspondência e impressos deverão ser escritos em português, podendo os documentos complementares e a literatura impressa, estar em outro idioma, porém, deverão estar acompanhados de tradução para o português, sendo que a mesma prevalecerá sobre os originais, principalmente no que se refere à interpretação da proposta.

7.5. A licitante arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta, não recaindo sobre a Unicamp quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

7.6. Não serão permitidas propostas alternativas. A licitante deverá apresentar proposta que atenda aos requisitos do edital, inclusive os projetos, conforme indicado nos desenhos e especificações técnicas.

7.7. Não se admitirão propostas rasuradas, emendadas ou com entrelinhas que obscureçam seu perfeito entendimento.

7.8. Basta a apresentação dos envelopes à presente licitação para entender que a licitante concorda com todas as cláusulas deste edital.

7.9. A Documentação para Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser inseridas em envelopes separados, devidamente fechados e indevassados, contendo externamente, a identificação completa da licitante (**CNPJ, Razão Social, endereço, telefone**), o **número desta licitação e a seguinte informação:**

Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

Envelope “B” – Proposta Comercial.

8. DA SESSÃO DE ABERTURA

8.1. As licitantes poderão, na sessão de abertura, se fazer representar por um diretor ou um de seus sócios ou por preposto, por meio de Procuração ou Carta Credencial.

8.1.1. Quando representada por diretor ou um de seus sócios, deverá ser apresentado o respectivo Contrato Social ou Ata de Eleição da diretoria, no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo.

8.1.2. Em se tratando de Procuração ou Carta Credencial, deverá haver menção expressa de outorga de poderes amplos, inclusive para receber intimação e/ou interpor/desistir de recursos, e identificação clara do subscritor, com firma reconhecida ou firmada por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas (nome, R.G. e endereço), e deverá ser apresentada no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo.

8.1.3. Os contratos sociais, procurações ou cartas credenciais, acompanhados da cédula de identidade, respectivamente, do diretor ou sócio da empresa, do procurador ou representante credenciado, serão apresentados em separado à Comissão Julgadora, que os examinará no início da Sessão de Abertura.

8.1.4. Os documentos de representação acima referidos serão retidos pela Comissão Julgadora e juntados ao processo administrativo.

8.1.5. Durante os trabalhos da Sessão de Abertura, só será permitida a manifestação oral ou escrita de representantes legais ou credenciados das empresas participantes, que constará de ata, não sendo permitidas refutações orais.

8.2. Os envelopes “A” e “B” e os documentos de credenciamento retidos serão rubricados pela Comissão, pelos representantes legais ou credenciados presentes.

8.3. A Comissão providenciará o recolhimento dos envelopes contendo as propostas comerciais procedendo em seguida, a Abertura dos envelopes “A” – Documentação para Habilitação.

8.3.1. O conteúdo dos envelopes “A” também será rubricado pela Comissão, pelos representantes legais ou credenciados presentes.

8.4. O julgamento da habilitação, **a critério da Comissão**, poderá ocorrer ato contínuo à abertura dos envelopes na mesma sessão pública ou reservadamente.

8.5. Os envelopes “B” – Proposta Comercial poderão ser abertos imediatamente após a fase de habilitação desde que haja renúncia expressa do direito de interpor recurso por parte de todas as licitantes, devidamente registradas na Ata de Julgamento de Habilitação.

9. DOS JULGAMENTOS

9.1. DA HABILITAÇÃO

9.1.1. O julgamento da habilitação será feito, na forma que dispõe a lei, pela Comissão Julgadora Especial - CJE - composta de, no mínimo, 03 (três) membros designados pela autoridade competente.

9.1.2. Será dada publicidade do resultado do julgamento da habilitação através do Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE, para fins de conhecimento das licitantes e eventuais interposições de recursos, na hipótese do julgamento não se realizar no mesmo dia da abertura dos envelopes e/ou não estiverem presentes todas as licitantes, bem como a data e horário para abertura do envelope “B” - Proposta Comercial.

9.1.3. Os envelopes propostas das licitantes inabilitadas permanecerão fechados e disponíveis para retirada no prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais serão inutilizados, sem qualquer aviso prévio.

9.1.4. Em hipótese alguma haverá devolução do envelope Proposta, antes de transcorrido o prazo recursal e de julgados os eventuais recursos administrativos.

9.2. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.2.1. O julgamento das propostas será feito, na forma que dispõe a Lei, pela Comissão Julgadora de Propostas - CJP - composta de, no mínimo, 03 (três) membros designados pela autoridade competente.

9.2.2. Na data estabelecida, a CJP realizará a abertura dos envelopes somente das empresas habilitadas e procederá nos dias subsequentes, o seu julgamento, caso não ocorra a hipótese descrita no subitem 8.5.

9.2.3. No julgamento das propostas a CJP levará em consideração os critérios objetivos definidos neste edital, de conformidade com o tipo desta licitação, dentre as propostas consideradas qualificadas, e em estrita consonância com as disposições do art. 44 e 48 da Lei Federal nº 8666/93.

9.2.4. Será desclassificada a proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5. Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preço ou vantagem com base nas propostas das demais licitantes.

9.2.6. Não serão admitidas propostas que apresentarem preços global ou unitário simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado.

9.2.7. A CJP poderá, a qualquer tempo, requerer da licitante os esclarecimentos que julgar necessários a respeito de sua proposta, inclusive o detalhamento dos preços unitários, materiais e equipamentos. A solicitação e a resposta deverão ser feitas por escrito. Nessa oportunidade a licitante deverá, se também for o caso, demonstrar a exequibilidade desses preços através de suas composições e respectivas justificativas técnicas.

9.2.7.1. A licitante que deixar de responder às diligências quando solicitadas e dentro do prazo estabelecido, será desclassificada.

9.2.8. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, caso haja empate, será assegurada às microempresas e as empresas de pequeno porte, a preferência de contratação, desde que solicitado o exercício de preferência na forma estabelecida no Anexo V.

9.2.8.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e as empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez pontos percentuais) superiores à proposta mais bem classificada.

9.2.8.2. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior a que foi considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

a.1) nesse caso a Comissão Julgadora de Propostas convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte para apresentar nova proposta no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo a contratação na forma disposta na subalínea anterior serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do subitem 9.2.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.2.8.1 será realizado sorteio entre as mesmas para identificar a que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

d) caso a contratação não ocorra nos termos do previsto no subitem 9.2.8, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

e) O critério de desempate estabelecido nas alíneas anteriores somente se aplica quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.2.9. Será considerado para efeito de julgamento, o menor preço global do objeto definido no item 3, deste edital, dentre as propostas qualificadas.

9.2.10. A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8666/93.

9.2.11. A absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, implicará na classificação da primeira colocada, mediante sorteio a ser realizado em ato público, na data e horário previamente estipulados e comunicados a todas as licitantes.

9.2.12. O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. Para fins do disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8666/93, o instrumento contratual será lavrado sob a forma de Termo de Contrato, cuja minuta compõe o **Anexo VI**.

10.2. A Adjudicatária deverá assinar e devolver o Termo de Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de sua convocação.

10.2.1. A Adjudicatária deverá, ainda no prazo acima mencionado, apresentar na Divisão de Contratos da Diretoria Geral da Administração - DGA, a Composição de Preços Unitários em conformidade com todos os itens de serviços da planilha orçamentária apresentada, onde constem os insumos, mão-de-obra, coeficientes, taxas de leis sociais e BDI, bem como a Tabela ABC de participação dos insumos do orçamento.

10.2.2. Na hipótese da Adjudicatária não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, a Unicamp poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da penalidade prevista no subitem 14.1.

10.3. Na hipótese de eventual aditamento contratual por força de adequação técnica do objeto, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93, será adotada, para composição de preços, a última versão da Tabela de Composições de Preços de Obras - TCPO da Editora PINI.

10.4. Será admitida a subcontratação dos serviços, objeto desta licitação, mediante solicitação formal da Contratada à Fiscalização da Unicamp, devendo, para tanto, apresentar atestados emitidos por pessoa de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA ou CAU.

10.5. Será permitido pela Fiscalização da Contratante um número máximo de duas obras dentro do Campus por engenheiro civil ou arquiteto residente.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. As condições para a constituição de garantia para o cumprimento integral da obrigação estão definidas no instrumento contratual, cuja minuta compõe o Anexo VI.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Será recebido provisoriamente no prazo máximo de **10 (dez) dias** contados da data da solicitação da Contratada.

12.2. O recebimento definitivo ocorrerá após o prazo de observação de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento provisório.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado na forma e condições especificadas na Minuta do Termo de Contrato, e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes (nota fiscal, fatura e duplicata sem quitar, ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais) através de conta corrente no Banco do Brasil S/A, sob a titularidade da Contratada, nos termos do Decreto Estadual 55.357/10, sendo vedada a colocação da duplicata em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (cláusula não a ordem) ou com outras empresas.

13.2. Os serviços serão pagos pelas partes efetivamente executadas e aceitas, e pelos valores das etapas constantes do cronograma físico-financeiro, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, não gerando direito à atualização de preço.

14. DAS SANÇÕES

14.1. A recusa ou atraso injustificado da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa de até 50% sobre o valor total da obrigação.

14.2. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

- a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um pontos percentuais) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais) sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato à critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

14.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada, respondendo, igualmente pelas mesmas, a garantia prestada.

14.4. As licitantes estarão, ainda, sujeitas às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal nº 8666/93.

14.5. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8666/93 e Portaria GR nº 248, de 06/10/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798

14.6. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime a contratada de responder por eventuais perdas e danos que acarretar à Unicamp decorrentes da execução do contrato.

14.7. Na aplicação de penalidades, bem como na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

15. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS RECURSOS E REPRESENTAÇÕES.

15.1. Eventuais impugnações deverão ser apresentadas até dois dias úteis que antecedem a abertura dos envelopes, e não terão efeito suspensivo, salvo se presentes razões de interesse público.

15.2. A Unicamp receberá apenas recursos e representações decorrentes de seus atos, na forma definida no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, e dirigidos ao Reitor, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais e deverão ser protocolados no Expediente da Área de Suprimentos da DGA.

15.3. Serão recebidas e conhecidas as impugnações, os recursos e representações através de fac-símile, desde que os originais sejam apresentados até cinco dias da data do término do prazo ou, dos atos não sujeitos a prazo, da data da recepção do material, nos termos da Lei Federal nº 9.800, de 26 de maio de 1999.

16. DOS ESCLARECIMENTOS

16.1. Os esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito, através de fac-símile, no prazo máximo de **04 (quatro) dias úteis** que antecedem a data do encerramento para a entrega dos envelopes, **não sendo aceitos os pedidos de esclarecimentos e/ou informações por telefone ou e-mail.**

16.2. A Unicamp disponibilizará no link http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx as respostas a todos os pedidos de esclarecimentos as quais vinculam e integram o edital em todos os seus termos.

16.3. Na hipótese de não haver pedido de esclarecimentos pelas interessadas, no prazo acima estipulado, pressupõe-se que os elementos constantes no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

17. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1. Para agilização dos procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes da futura contratação, convém que as licitantes informem, nas propostas, a Agência do Banco do Brasil S/A que mantém conta corrente, bem como seu número, para que os pagamentos ocorram de conformidade com o disposto neste edital.

17.2. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste edital, serão tidas por ratificadas, nos termos da presente, pelas licitantes, exceto quando item obrigatório.

17.3 Com a apresentação da proposta a proponente assume, independentemente de Declaração, que:

- a) tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL.
- b) tem pleno conhecimento das disposições contidas no edital, na pasta técnica e anexos, bem como no **Manual de Segurança para Contratados – SSO/DGRH** (disponível no site http://www.dgrh.unicamp.br:8081/dgrh/documentos-1/man_seguranca_dsso.pdf) e no **Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp** (disponível no site: http://www.prefeitura.unicamp.br/prefe/site-novo/caderno_encargos.pdf);



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

- c) caso contratada, destinará os entulhos gerados na execução da obra, devidamente segregados, para aterros licenciados pela Prefeitura Municipal local, nos Termos da Resolução 307 do CONAMA.

17.4. Todos os documentos de que trata o presente edital e seus anexos, deverão ser apresentados no original ou por cópias devidamente autenticadas, exceto a proposta comercial que deverá, sem exceção, ser apresentada no original.

17.5. Arquivos eletrônicos com extensão PLT não podem ser visualizados da tela do computador, devendo para análise de seu conteúdo, fazer a plotagem dos referidos arquivos.

17.6. Divergências entre as cláusulas do edital e Instrumento Contratual prevalecerão as aqui estabelecidas.

Campinas, 14 de março de 2014.

ANEXO II - CONDIÇÕES PARA VISITA TÉCNICA

1. As interessadas em participar da licitação deverão comparecer ao local onde serão realizados os serviços para conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações, nos termos do inc. III do art. 30 da Lei Federal nº 8666/93.

1.1. A não realização da visita técnica implicará a inabilitação da licitante.

2. A visita técnica deverá ser previamente agendada pelo telefone (19) 3521-6019 ou através do e-mail: operacional@ime.unicamp.br com o Sr. Vanderlei.

3. As interessadas realizarão a visita técnica acompanhadas por um servidor/funcionário designado pela UNICAMP.

4. A visita técnica será realizada em dias de expediente na UNICAMP a partir do dia **21/03/2014 até às 16h do dia 04/04/2014**, encontra-se franqueada às empresas que já a realizaram para a **TP DGA 011/2013**, período de **29/04/2013 até às 16:00h do dia 14/05/2013**.

5. Após a realização da visita, o servidor/funcionário expedirá o Termo de Visita Técnica, em duas vias, conforme modelo anexo, sendo que uma será entregue ao representante da empresa e a outra juntada aos autos do processo licitatório, de forma que a licitante não precisará juntar o referido Termo, no Envelope “A” – Documentação para Habilitação.

6. A visita e inspeção prévia do local e cercanias têm por finalidade permitir que a licitante obtenha, para a sua utilização e exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma; formas e condições de suprimentos; meios de acesso ao local. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

7. Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições do local.

8. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde será executada a obra, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL**

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (modelo)

Atestamos para os devidos fins, que a empresa

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, representada
por _____, RG nº
_____, compareceu a esta Universidade para visita e
inspeção prévia do local e cercanias do objeto da Tomada de Preços
DGA 008/2014 - Processo 01-P-03954/2013

Campinas, ____ de _____ de

Nome: _____.

Assinatura: _____.

**Declaro sob as penas da lei que recebi, na data acima, uma via do
Atestado de Visita Técnica.**

Nome: _____.

Assinatura: _____.

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

1 - No mínimo, um atestado de capacidade técnica operacional, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que comprove a aptidão da licitante** para execução de obra ou serviço de características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto que ora se licita, cuja parcela de maior relevância e valor significativo do objeto é;

- ✓ *Concreto Estrutural, na quantidade mínima de 60 m3;*
- ✓ *Alvenaria Estrutural com bloco de concreto, na quantidade mínima de 385 m2;*
- ✓ *Cabos Elétricos, na quantidade mínima de 377 ml.*

1.1 Será admitido o somatório de atestados para a comprovação das quantidades mínimas exigidas.

2 – Comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior reconhecido pelo CREA ou CAU, o qual será o responsável técnico pela obra. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- ✓ carteira de trabalho;
- ✓ ficha (ou folha do livro) de registro de empregados;
- ✓ contrato social;
- ✓ contrato particular firmado com a empresa licitante;
- ✓ certidão de registro da empresa junto ao CREA ou CAU, no caso de o profissional que será o responsável técnico pela obra ser também o responsável técnico da empresa junto ao referido órgão.

2.1 - Deverá ser apresentada, no mínimo, uma Certidão de Acervo Técnico - CAT desse profissional, emitida pelo CREA ou CAU, por execução de serviços de características semelhantes ao objeto que ora se licita, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, a seguir especificadas:

- ✓ *Execução de Concreto estrutural;*
- ✓ *Alvenaria estrutural com bloco de concreto;*
- ✓ *Instalação de Cabos elétricos.*

2.1.1 - Posterior alteração do responsável técnico implicará, obrigatoriamente, nas comprovações dispostas no item 2.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

3- Declaração de Compromisso, nos exatos termos do Anexo IV.

4 - Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Anexo V.

NOTA 1: Toda documentação poderá ser apresentada no original, por cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original para cotejo, sendo que os documentos que comportarem prazo de validade, deverão ser apresentados com validade até a data estabelecida para encerramento da entrega dos envelopes.

NOTA 2: Os documentos elaborados e emitidos pela licitante, quando assinados por procurador, deverão estar acompanhados do instrumento de procuração.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 49.674, de 6 de junho de 2005, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo:

Eu, _____, (RG) _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, inscrita no CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório, na modalidade **Tomada de Preços DGA nº 008/2014, processo nº 01-P-03954/2013** declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que não atendimento da presente exigência na fase da execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

Data _____

Assinatura devidamente identificada com comprovação da representação legal da empresa _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

Fl. nº _____
Proc. 01-P-03954/2013
Rub. _____

Aprovado segundo o Parecer PG
nº 589/2014 e pelo Despacho nº
1499/2014 de 25/02/2014.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

“A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal, o Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “microempresa ou empresa de pequeno porte”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate na Tomada de Preços DGA nº 008/2014 realizada pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Local e data

Assinatura, nome e RG do representante legal da empresa